

Plenário vazio: Deputados não aceitam críticas

BRASÍLIA — O Deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) propôs ontem, em discurso na Câmara, que as votações de projetos sejam feitas a cada duas semanas, durante três dias, como forma de dar mais tempo para que os parlamentares exerçam suas atividades junto às bases. Em aparte, o Líder do PTB, Gastone Rigbi (SP) defendeu não só um calendário para apreciação das matérias, como exigiu punição (não pagamento do jeton, cerca de Cr\$ 112 mil por sessão) dos deputados que não comparecerem às votações.

O pronunciamento de Genebaldo, lembrando as críticas nos jornais sobre a ausência de deputados no plenário, suscitou um debate na sessão, levando quase a metade dos presentes — pouco mais de 10 parlamentares — a se pronunciarem sobre o assunto. Desde a reabertura dos trabalhos na Câmara, a média de presença de parlamentares no plenário é de pouco mais de 20.

Genebaldo iniciou seu discurso afirmando que o Congresso, por ser um poder aberto, "e, por isso, mais grandioso", é vulnerável e o mais atingido. Pediu para que se aproveitasse a campanha da imprensa para restabelecer a verdade do Congresso e promover uma reforma do Regimento Interno da Câmara, voltando-se para os poucos parlamentares que ouviam o discurso:

— É verdade. O exemplo está aqui. Há poucos deputados e as cadeiras estão vazias. Precisamos tomar uma providência. As Lideranças têm a grande responsabilidade de promover a reforma. Mas a atividade do parlamentar não se resume ao plenário. A grande maioria se dedica inteiramente ao seu mandato e não pode ser nivelada aos que não comparecem à Casa, precisamos expor isso à para que julgue um e outro. Não podemos perder a oportunidade de estabelecer, de uma vez por todas, essa verdade.

Genebaldo lembrou que o Regimento da Câmara foi elaborado no tempo do autoritarismo, com o objetivo de esvaziar o Congresso Nacional. O voto das Lideranças — artifício para garantir a votação dos projetos mesmo sem a presença de Deputados suficiente no plenário — permitia que parlamentares ficassem em casa, enquanto as Lideranças decidiam tudo. O voto de Liderança, por ser um destímulo ao comparecimento em plenário, segundo Genebaldo, deve ser utilizado apenas em casos especiais.

Já o Deputado José Maria Magalhães (PMDB-MG) atribuiu as críticas formuladas pela imprensa a "forças ocultas que estão aí para torpedear o Congresso". Segundo ele, o Deputado exerce seu mandato em qualquer lugar e não pode ficar restrito ao plenário. O Líder do PDS, Prisco Viana, atribuiu as críticas a "equivocos", argumentando que não se pode julgar a atividade legislativa pelo número de cadeiras vazias no plenário. Defendeu a necessidade de maior articulação das bancadas com as Lideranças, no sentido de garantir as votações, e pediu a extinção do voto de Liderança.

O Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) sustentou que o Congresso não está fisicamente preparado para garantir a presença de parlamentares suficiente no plenário, e defendeu, não a extinção do voto de Liderança, mas a sua reformulação. Em matérias não polêmicas os deputados, segundo ele, enviariam às Lideranças suas opiniões, por escrito. Alceni Guerra (PDS-PR) lembrou que as reivindicações do povo e do eleitorado são obrigações dos parlamentares. Além do plenário, segundo ele, os Deputados trabalham em comissões técnicas da Câmara, nos gabinetes e nos Ministérios, garantindo os interesses de suas bases.

Guerra argumentou ainda que muitas vezes um Deputado tem que esperar até 21 dias para conseguir audiência com um Ministro. E defendeu uma reorganização do trabalho parlamentar, argumentando que é preciso que a Mesa da Câmara propicie métodos e meios para o trabalho dos deputados. Amauri Müller (PDT-RS), considerou injustas as críticas e disse que não vê por que "fazer tanta celeuma em torno disso".